



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - DEDC - CAMPUS I
CURSO DE PEDAGOGIA

DAIANE ROCHA SANTOS

**O ENSINO DA TEMÁTICA INDÍGENA: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS DOS PROFESSORES**

SALVADOR - BA

2025

DAIANE ROCHA SANTOS

**O ENSINO DA TEMÁTICA INDÍGENA: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS DOS PROFESSORES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), como requisito parcial para obtenção do grau de licenciada em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Luciano Lopes Messeder

**SALVADOR - BA
2025**

DAIANE ROCHA SANTOS

**O ENSINO DA TEMÁTICA INDÍGENA: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS DOS PROFESSORES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), como requisito parcial para obtenção do grau de licenciada em Pedagogia.

Aprovada em: 09/01/2025

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Marcos Luciano Lopes Messeder (Orientador)
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Profa. Dr. Cláudia Andrade Vieira (Examinadora)
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Prof. Dr. Francisco Eduardo Torres Cancela (Examinador)
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar, por ter me sustentado até o fim desse percurso difícil. Sem Ele, essa conquista não teria sido possível.

À minha família, por estar sempre ao meu lado e ser meus melhores incentivadores.

Ao meu noivo, pela paciência e pelas palavras de encorajamento constantes.

Às minhas amigas de curso, especialmente Virginia Leite, Ivana Alves, Nadjane Xavier, Amanda Dantas, Mércia Caroline e Sandi Saldanha, pelo apoio durante toda essa caminhada.

Agradeço também aos meus professores da universidade, em especial ao prof. Dr. Francisco Eduardo Torres Cancela, por ter contribuído significativamente na minha escolha do tema deste trabalho de conclusão de curso.

Ao meu querido orientador, Prof. Dr. Marcos Luciano Lopes Messeder, pelo cuidado e dedicação ao longo das orientações, meu mais sincero agradecimento.

O ENSINO DA TEMÁTICA INDÍGENA: UMA ANÁLISE NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DOS PROFESSORES

Daiane Rocha Santos¹

RESUMO:

Este trabalho de conclusão de curso visa apresentar os resultados das análises de estudos sobre as práticas pedagógicas dos professores após a promulgação da Lei n.º 11.645/2008, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nos currículos da educação básica. Considerando as lacunas ainda existentes no ensino da história dos povos indígenas, este estudo investiga como os educadores têm integrado essa temática em suas práticas pedagógicas. A análise da literatura permitiu concluir que, embora a Lei n.º 11.645/2008 seja um marco importante para o reconhecimento e valorização dos povos indígenas, sua implementação ainda enfrenta grandes desafios em decorrência da falta de formação dos professores quanto à temática indígena.

Palavras-chave: Educação e diversidade cultural; Lei n.º 11.645/2008; Práticas pedagógicas.

¹ Estudante do curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Email-
daianer994@gmail.com

INTRODUÇÃO

Sabe-se que o ensino da temática indígena no Brasil avançou significativamente após a promulgação da Lei n.º 11.645/2008. Sancionada por Luiz Inácio Lula da Silva, essa lei estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena em todas as escolas. A medida representou um importante avanço para a educação, promovendo reflexões acerca da diversidade cultural. Além disso, possibilitou que estudantes negros e indígenas se sentissem valorizados e integrados à história do Brasil, algo que por muito tempo não ocorria devido aos conceitos predominantes na sociedade brasileira.

Dessa maneira, essa lei tem incentivado as escolas a promoverem em seus currículos práticas de ensino que possam mudar cada vez mais as ideias estereotipadas, com o objetivo de garantir a inclusão e o respeito à diversidade dos povos indígenas e afro-brasileiros. Assim, a Lei n.º 11.645/2008 representa uma conquista significativa ao proporcionar a todos os educandos, tanto de escolas públicas quanto de escolas privadas, a oportunidade de conhecer a história através de outra perspectiva.

É interessante destacar que a Lei, como mencionado anteriormente, tem demonstrado um avanço significativo, porém ainda há impasses para ela realmente ser efetivada, uma vez que professores ainda têm utilizado práticas que não contribuem para o processo de inclusão da temática indígena de forma ampla no currículo escolar.

Minha inquietação sobre essa problemática surgiu exatamente no 4º semestre do curso de Pedagogia, durante a disciplina de Etnologia e História dos Povos Indígenas, ministrada pelo professor Francisco Cancela, um excelente profissional, que me fez refletir sobre o que aprendi de História na minha educação básica. O interesse em realizar esse estudo surgiu mediante a minha experiência enquanto estudante do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, onde pude desconstruir e reconstruir uma nova compreensão sobre a história e a cultura dos povos indígenas. Esse processo foi fundamental na minha formação, pois, além da minha desconstrução, desenvolvi um olhar crítico sobre o assunto aprendido, e isso foi o que me motivou a investigar como a temática indígena tem sido abordada nas práticas pedagógicas dos professores.

Como futura pedagoga, vejo esse estudo como algo essencial para a minha formação. Acredito que irá enriquecer significativamente nas minhas futuras práticas de ensino e as de

outros profissionais da área de educação. Espero imensamente que esse trabalho possa alcançar um maior número de pessoas, como também visibilizar pesquisas acadêmicas que tratam sobre resultados atuais referentes à efetividade da Lei n.º 11.645/2008, dado que há poucos estudos que tratam especificamente desse assunto. Além disso, almejo que este trabalho de conclusão de curso possa ser mais uma contribuição para a formação dos professores comprometidos com o ensino da temática indígena.

Diante dessas informações destacadas, o estudo tem como questão problema a seguinte indagação de pesquisa: Como os professores têm desenvolvido a temática indígena em suas práticas pedagógicas para a efetivação da Lei n.º 11.645/2008 ? Nesse sentido, a pesquisa terá como objetivo geral analisar as práticas pedagógicas dos professores após a promulgação da Lei n.º 11.645/2008. Quanto aos objetivos específicos, a pesquisa buscará: I- Analisar perspectivas críticas contemporâneas que buscam descolonizar a história do Brasil; II- Descrever as práticas pedagógicas utilizadas pelos professores após a implementação da Lei n.º 11.645/2008 a partir das pesquisas levantadas; III- Discutir os dados apresentados em suas dimensões teóricas, metodológicas e políticas, destacando os desafios que eles impõem às práticas pedagógicas críticas e descolonizadoras no ensino da temática indígena.

O trabalho está organizado em três partes. A primeira trata das Perspectivas Críticas Contemporâneas que buscam descolonizar a história do Brasil. A segunda apresenta uma análise das práticas pedagógicas dos professores através dos artigos selecionados. A terceira discute os dados coletados em suas dimensões teóricas, metodológicas e políticas, destacando os desafios que eles impõem às práticas pedagógicas críticas e descolonizadoras no ensino da temática indígena. Sendo assim, o método de pesquisa deste trabalho se baseará na análise de estudos publicados que abordam o ensino da temática indígena e as práticas pedagógicas dos professores após a Lei n.º 11.645/2008.

A metodologia deste estudo constituiu em uma abordagem qualitativa centrada em uma revisão bibliográfica. Segundo Sousa, Oliveira e Alves (2021)

A pesquisa bibliográfica é o levantamento ou revisão de obras publicadas sobre a teoria que irá direcionar o trabalho científico o que necessita uma dedicação, estudo e análise pelo pesquisador que irá executar o trabalho científico e tem como objetivo reunir e analisar textos publicados, para apoiar o trabalho científico. (2021,p.3)

Para Lakatos e Marconi (2003, p. 183) [...] a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras.

Desta maneira, o método do presente artigo buscará analisar os estudos publicados que abordam o ensino da temática indígena, com ênfase nas práticas pedagógicas dos professores após a Lei n.º 11.645/2008. A análise incluiu a revisão de artigos com o objetivo de verificar como essas práticas têm sido aplicadas no ambiente escolar.

O estudo foi realizado em diversas etapas, começando com o levantamento bibliográfico com base no problema. Em seguida, procedeu-se à leitura e à seleção das pesquisas mais relevantes, sendo aproveitados os artigos mais recentes. Para compreender como os professores têm desenvolvido a temática indígena em suas práticas pedagógicas para a efetivação da Lei n.º 11.645/2008, foi necessário analisar as estratégias e as práticas utilizadas pelos professores através de quatro artigos, que trouxeram respostas para o problema em questão.

Alguns dos documentos selecionados foram encontrados através do Google Acadêmico por meio de palavras-chave: Educação e diversidade cultural; Lei n.º 11.645/2008; Práticas pedagógicas. A escolha do estudo bibliográfico surgiu mediante a capacidade que a abordagem tem de permitir uma análise aprofundada dos estudos sobre a temática escolhida. Através dessa abordagem foi possível analisar criticamente os estudos publicados, compará-los e encontrar os resultados do problema.

PERSPECTIVAS CRÍTICAS CONTEMPORÂNEAS QUE BUSCAM DESCOLONIZAR A HISTÓRIA DO BRASIL

De acordo com a historiografia brasileira, o período colonial no Brasil foi marcado pela chegada dos portugueses em 1500. Este acontecimento ficou registrado como o início da colonização, em que os portugueses começaram a ocupar e explorar o território brasileiro. Durante essa exploração, os povos indígenas foram drasticamente impactados, tendo que lidar com a perda de suas culturas, de suas terras e até mesmo de suas vidas. Porém, a história do Brasil que muitos brasileiros conhecem hoje não traz esse fato, já que a narrativa foi construída pelos colonizadores através de uma versão que desconsidera totalmente o protagonismo dos povos indígenas no processo histórico de construção da história do país.

Os europeus, quando chegaram ao território denominado como Brasil, se depararam com um grupo de povos que não possuíam os mesmos comportamentos que os deles. Assim, entenderam que deveriam impor seus costumes e valores sobre os povos indígenas.

Para Pereira e Messeder (2023, p. 3), “A colonização desencadeou um imaginário de civilização como um destino, uma vez que os indígenas foram vistos ora como “bons selvagens”, ora como “ameaçadores”, cabendo então, ao processo de assimilação, educar os indígenas e inseri-los na sociedade vigente.” Em decorrência desse fato, temos como resultado uma história marcada por estereótipos e concepções errôneas que permeiam as narrativas de livros didáticos até os dias atuais.

Baniwa (2006) menciona que

Desde a chegada dos portugueses e outros europeus que por aqui se instalaram os habitantes nativos foram alvo de diferentes percepções e julgamentos quanto às características, aos comportamentos, às capacidades e à natureza biológica e espiritual que lhes são próprias. Alguns religiosos europeus, por exemplo, duvidavam que os índios tivessem alma. Outros não acreditavam que os nativos pertencessem à natureza humana pois, segundo eles, os indígenas mais pareciam animais selvagens. (BANIWA, 2006, p.36)

Tais entendimentos acabaram por cristalizar uma concepção de inferioridade, como se aqueles povos não tivessem valores importantes assim como os europeus. Diante do exposto, a justificativa que os homens brancos colocaram no nosso imaginário foi que a colonização era necessária a fim de civilizar aquelas pessoas que, na perspectiva deles, não possuíam um modo de vida adequado e precisavam ser salvas.

Conforme Munduruku (2014)

“A história contada pelos vencedores quase nunca menciona a manipulação que foi engendrada contra os povos indígenas. Não conta que usaram as diferenças culturais para destruir a alma desses povos; não conta a estratégia utilizada para silenciar grupos inteiros que eram vitimados por doenças contraídas pelo uso de roupas contaminadas; nada diz sobre alimentos contaminados ou rios envenenados. Nos raros livros em que isso aparece, conta-se como superioridade, como esperteza... dos colonizadores, claro.” (MUNDURUKU, 2014, pág.22)

Felizmente, algumas coisas começaram a mudar quando os povos indígenas passaram a reivindicar seus direitos por meio de mobilizações, que possibilitaram discussões sobre questões importantíssimas, como a demarcação de terras, a preservação de suas culturas e dos seus direitos.

Em 1988, a nova Constituição Federal consolidou essas conquistas através de um capítulo dedicado aos povos indígenas, garantindo que seus direitos fossem respeitados. De

acordo com a Constituição de 1988, é possível verificar o reconhecimento desses direitos no Capítulo VIII, que trata especificamente desse tema. Nos artigos 231 e 232 consagram-se direitos importantíssimos como:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo. (BRASIL, 1988, p.133-134)

Diante desse avanço significativo, entende-se que o movimento social foi essencial, uma vez que gerou muitas mudanças, especialmente na historiografia brasileira. A partir da década de 1970, houve uma crescente visibilidade da produção antropológica sobre essas populações. Durante esse período, antropólogos e historiadores se uniram para repensar e reescrever a história desses povos de forma mais contextualizada, com o objetivo de desmistificar a história que havia sido escrita pelos colonizadores.

No entanto, isso não significa que o preconceito contra esses povos tenha sido eliminado. A luta contra a discriminação e estereótipos continua sendo um desafio a ser superado, considerando que

Os índios ocuparam um lugar secundário na história do Brasil. Sem despertar muito interesse para os historiadores, suas ações sempre foram identificadas e analisadas à luz da atuação pioneira e heroica do europeu, responsável direto pela implantação de um projeto supostamente civilizatório nas terras conquistadas e colonizadas ao sul do Novo Mundo. De um modo geral, a escrita da história no Brasil negou o papel dos índios como sujeitos históricos, retratando-os, quando muito, como vítimas passivas ou indóceis da ambição e violência dos europeus. (CANCELA, 2015,p.15)

Sendo assim, mudar essa realidade ainda tem sido uma luta constante em decorrência de um passado marcado por violências. Ainda hoje, é bastante comum, por exemplo, ouvirmos muitos equívocos da parte dos brasileiros quanto aos povos indígenas.

Lembro-me de um momento da minha vida, durante uma viagem feita de ferry boat, em que uma mulher brincava com sua família exclamando a seguinte frase: “Terra à vista!” intrigada com a cena, fiquei observando, até que ela se direcionou a mim e me perguntou: "Quem descobriu o Brasil?". Sem reação, fiquei sem resposta por não ter tido a coragem de abordar o assunto. Porém, uma criança que estava com ela logo em seguida respondeu: "Pedro Álvares Cabral". Obviamente, essa seria a resposta que ela esperava, como se o lugar descoberto não tivesse ninguém antes da chegada deste europeu.

Depois daquele momento, fiquei refletindo por que não dialoguei sobre o assunto com eles. Penso que essa oportunidade poderia ter levado a uma reflexão sobre o que aprenderam durante a sua educação básica, estimulando-os a fazer uma reavaliação crítica das narrativas históricas que foram internalizadas no decorrer dos seus processos formativos.

Assim como essa família, existem milhares de pessoas com a mesma perspectiva errônea, que destaca os colonizadores como protagonistas da história do Brasil, enquanto os povos indígenas são ignorados ou minimizados.

Infelizmente, é isso que a classe dominante sustenta e impõe para as pessoas, uma visão distorcida da narrativa, com o objetivo de reforçar os estereótipos, as desigualdades e a desvalorização dos povos indígenas para que essa população continue sendo violentada e expulsa de suas terras.

Um exemplo disso é a situação relatada acima, em que se percebe que muita coisa ainda precisa ser mudada. Somos direcionados o tempo todo a aprender diversas narrativas que não são mais cabíveis de serem propagadas. A versão de que os europeus descobriram o Brasil negligencia totalmente a existência dos povos indígenas que já viviam nesta terra.

Por isso, torna-se essencial discutir esse assunto, pois, como Cancela (2015, p. 14) destaca: “não é possível compreender a questão indígena no Brasil sem antes problematizar a permanência desse tipo de visão que a sociedade envolvente reproduz sobre os índios”.

Hoje é notória a existência de alguns trabalhos acadêmicos que visam rever a historiografia tradicional por uma história mais crítica e inclusiva, porém muitos ainda não têm acesso a essas informações ou às vezes se negam a aceitar essa realidade.

José Ribamar Bessa Freire é um professor, antropólogo e historiador e, em seu artigo “Cinco Ideias Equivocadas sobre o Índio” (2000), ele descreve cinco concepções errôneas sobre os povos indígenas que continuam sendo reproduzidas pelos brasileiros devido a essa falta de informação. Durante a análise deste trabalho, verifiquei três dessas concepções que ainda são propagadas com muita frequência na nossa sociedade, sobretudo nas escolas.

O primeiro equívoco que ele traz é do “Índio Genérico”, dado que muitos brasileiros têm a ideia de que todos os indígenas são iguais, como se eles não tivessem suas próprias culturas, línguas e tradições diferentes. Para Freire (2000), os indígenas não são apenas seres únicos, como aprendemos cotidianamente, mas povos diversificados, ou seja, cada um com sua etnia.

Para ele, essas pessoas possuem identidades únicas e distintas. Por exemplo, os povos Guarani, Tupinambá, Yanomami, Kayapó, Baniwa, Pataxó, Tikuna, Xavante, entre outros,

não podem ser classificados como um grupo homogêneo apenas por serem todos indígenas, mas sim como grupos diversos com suas próprias características. No Brasil, atualmente existem mais de 300 etnias indígenas e cerca de 180 línguas distintas. Então, como bem menciona Freire (2000, p. 8): “Se existem línguas tão diferentes e culturas tão diversas, não é correto colocá-las todas no mesmo saco.”

O segundo mal entendido discutido é a ideia de conceituar as culturas indígenas como atrasadas, desconsiderando todas as suas tradições e costumes. Primeiramente, é importante destacar que essa concepção não surgiu recentemente, mas sim com a chegada dos portugueses no Brasil, quando começaram a substituir as culturas dos povos originários pela sua própria.

Para os europeus, essa população não passava de selvagens que necessitavam ser civilizados de acordo com seus padrões, e o fato desse plano não ter funcionado é o motivo da cultura dos povos originários ser taxada de atrasada, quando na verdade possuem conhecimentos riquíssimos sobre sua cultura, ciência, literatura, arte, preservação ambiental, e entre muitos outros.

O terceiro equívoco que Freire (2000) destaca é a ideia de que os indígenas devem permanecer congelados no tempo, sem possibilidade de mudanças ou adaptações. Esse tipo de visão não leva em consideração que esses povos não deixam de ser quem são ao sofrerem mudanças, seja na vestimenta, na forma de se comunicar ou viver em diferentes lugares. Para a grande parte da população brasileira, o “índio” só pode ser considerado como tal se estiver nos padrões que foram construídos ao longo dos anos: isolado na floresta, vivendo em ocas, sem roupas e com adereços de arco e flecha. Ao contrário disso, são “ex-índios”.

Esse mesmo autor desconstrói essa lógica exemplificando de forma bem simples com as nossas próprias ações cotidianas, que muitas vezes nem sequer percebemos. Ele nos faz lembrar que nós, brasileiros, utilizamos diversas coisas vindas de fora do país e, mesmo assim, não perdemos nossa identidade ou nossos costumes. Isto que exigimos aos povos originários é cruel e exclusivo, pois, como menciona o autor

[...] A cultura brasileira muda, a chinesa muda, a americana muda, todas as culturas mudam. As culturas indígenas também mudam, e isto por si só não é ruim, não é algo necessariamente negativo. Não é ruim que mudem, o ruim é quando a mudança é imposta, sem deixar margem para a escolha. (FREIRE, 2000, p.16)

E muitos daqueles que se negam a aceitar essa realidade dirão que esse discurso é contraditório, afirmando que os povos originários não devem usufruir das mesmas coisas dos não “índios” uma vez que podem passar pelo processo de aculturação e abandonar a sua cultura. Porém, é necessário entender que a utilização de elementos externos não faz com que a pessoa perca a identidade cultural. Os indígenas podem utilizar diversos elementos de outras culturas sem deixar de lado as suas identidades e seus valores, assim como acontece conosco. Se analisarmos bem, a maioria das coisas que possuímos e utilizamos não são do Brasil e, ainda assim, continuamos com a nossa identidade intacta.

Atualmente, temos diversas etnias que vivem entre nós, exercendo seu papel como cidadãos sem perder seus traços de origem. Por exemplo, temos inseridos nas cidades médicos indígenas, professores, advogados e artistas que continuam a valorizar suas culturas, inclusive enaltecendo ainda mais quem eles são e a sua importância na sociedade brasileira. Não foi a utilização de recursos tecnológicos, nem as roupas ou costumes modernos que os fizeram perder ou esquecer de suas origens. Na visão de Braga e Ferreira

A ideia de que índio é apenas aquele que mora em aldeia, no meio da floresta é algo totalmente fora da realidade, pois os indígenas se encontram nas mais diversas áreas, nos mais diversos lugares, eles estão onde desejam estar, é uma escolha individual. O local em que habita, suas vestimentas, seus bens ou a profissão que segue não o descaracteriza como indígena. (BRAGA, FERREIRA, 2020,p37)

A questão problema desta situação é que, mesmo após a reparação ocorrida na historiografia brasileira, ainda possuímos uma grande problemática quanto à mudança de concepção sobre os indígenas, principalmente dentro do espaço escolar.

De acordo com Nunes, Possato e Santos (2022, p. 173), "Um dos principais desafios da escola contemporânea é a limitação dos conhecimentos sobre a história e a cultura indígena, uma vez que a educação brasileira foi construída a partir do ponto de vista do colonizador, ou seja, do olhar eurocêntrico."

No artigo de Renan Pereira e Marcos Messeder, intitulado “Escola, Civilização e Povos Indígenas: Reflexões a partir da análise de um livro didático de história para o ensino médio”, percebe-se o quanto os livros didáticos de história ainda apresentam a temática indígena de forma superficial e descontextualizada.

Segundo a análise deles, é possível notar como as escolas ainda reforçam uma imagem distorcida dos povos originários e influenciam no modo civilizado europeu, como se esse padrão fosse o único aceito na sociedade.

Bergamaschi e Gomes (2012) mencionam que

“Muitas vezes essa imagem de índio que é constituída na infância e permanece para o resto da vida, pois são escassos os contatos com a temática indígena no restante do período de escolarização e na vida adulta, tendo várias mídias a veicular imagens não condizentes com os modos de vida contemporâneos dos povos ameríndios. Essa visão deformada dos indígenas se perpetua justamente pelo fato da nossa história ser contada até hoje a partir da visão do colonizador, sem dar oportunidade para que os diferentes povos apresentem a sua visão em relação a si mesmo e à História do nosso país. (BERGAMASCHI E GOMES 2012,p.57-58)

É comum, principalmente na educação infantil, observar pedagogos presos e apegados a uma perspectiva colonial devido à falta de formação ou acervos de livros e materiais adequados para trabalhar a temática indígena, o que leva à adoção de práticas de ensino que não são mais adequadas para a educação contemporânea. Um exemplo disso é abordar a temática indígena em um único dia, utilizando representações estereotipadas como pinturas, penas, cocares, ocas, entre outros elementos, como se a discussão e reflexão sobre essas culturas devessem se restringir somente ao dia 19 de abril.

Segundo Munduruku (2014), o mês de abril é um período vasto de possibilidades para a reflexão, no entanto, ele deixa explícito que neste dia o mais essencial “[...] seja rever o conceito do “índio” que está introjetado no coração do brasileiro.” E que “as escolas e seus profissionais precisam fazer uma leitura crítica sobre como estão lidando com este conceito e, quem sabe, passar a tratar o tema com a dignidade que merece.” (2014, p. 21)

Pois a escola, como ambiente formativo, tem a total responsabilidade em realizar esse processo de desconstrução de estereótipos, visando construir um olhar mais justo e digno sobre a história dos povos indígenas. Mas para isso acontecer, como menciona Munduruku, os profissionais precisam fazer uma leitura crítica sobre o que estão trabalhando em sala de aula. Eles precisam estar preparados para criticar as narrativas preconceituosas e combatê-las com abordagens que valorizem e respeitem, como, por exemplo, trabalhando com a história na perspectiva dos povos indígenas e não do colonizador.

Nunes, Possato e Santos destacam que:

A escola é o lugar onde se formam opiniões e onde acontece o encontro de diferentes sujeitos. Por isso, deve problematizar questões para que estereótipos e ações discriminatórias não sejam propagadas. É na escola que o indivíduo se constroi como sujeito pertencente a uma sociedade. Dessa maneira, cabe à escola possibilitar ações que possam colaborar para construir cidadãos conscientes e

críticos da sua realidade e da realidade do outro. (NUNES, POSSATO E SANTOS, 2022, p. 173)

Dessa forma, a escola como um todo precisa parar com a disseminação de valores ocidentais fundamentados em uma perspectiva eurocêntrica e propor ações que valorizem os povos indígenas, para que assim haja uma sociedade verdadeiramente democrática e inclusiva, que respeite a diversidade cultural dos povos originários.

Segundo Baniwa (2006)

Um mundo que se autodefine como moderno e civilizado não pode aceitar conviver com essa ausência de democracia racial, cultural e política. Como se pode ser civilizado se não se aceita conviver com outras civilizações? Como se pode ser culto e sábio se não se conhece – e o que é bem pior – não se aceita conhecer outras culturas e sabedorias?” (BANIWA, 2006, p. 35)

Como podemos perceber, as contribuições mencionadas acima pelo autor Baniwa enfatizam exatamente a hipocrisia de uma sociedade que se considera altamente atualizada, mas que falha quando não reconhece e nem valoriza a diversidade cultural dos povos indígenas ou de qualquer outra. Para a sociedade brasileira se considerar avançada, é necessário desconstruir toda aquela lógica que o autor Freire (2000) menciona no artigo intitulado “Cinco ideias equivocadas sobre os povos indígenas”.

UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DOS PROFESSORES APÓS A PROMULGAÇÃO DA LEI 11.645/2008

Como mencionado anteriormente, a Lei 11.645/2008 foi uma conquista que não veio de forma fácil, ela foi obtida através de longas lutas e reivindicações. No entanto, será que as escolas têm realmente cumprido o que a lei prevê? Para responder a esse questionamento, foi realizada uma pesquisa em que se analisaram artigos produzidos a partir de estudos sobre as práticas pedagógicas dos professores de diferentes estados, como Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e Paraná. O objetivo central foi analisar as práticas pedagógicas adotadas pelos educadores para entender se, após a promulgação da lei, ocorreram mudanças nas abordagens, concepções e estratégias pedagógicas adotadas por educadoras e educadores para tratar da temática em questão. Para facilitar a localização dos estudos utilizados na pesquisa, apresenta-se a seguir um quadro com os artigos que foram analisados.

QUADRO 1 - ARTIGOS SELECIONADOS

Título	Autores	Ano
A lei n. 11.645/2008 e a visão dos professores do Rio de Janeiro sobre a temática indígena na escola	Kelly Russo, Mariana Paladino	2016
Ensaio crítico sobre o ensino de histórias e culturas dos povos indígenas em centro municipal de educação infantil, do município de Foz do Iguaçu/PR	Simone Rejane dos Santos, Clovis Antonio Brighenti	2019
As culturas dos povos originários na escola: Desafios para uma abordagem pedagógica intercultural no município de Araci- BA	Carine Lima de Jesus, Luiz Alberto da Silva Lima	2022
O ensino de culturas indígenas no 5º ano do ensino fundamental em escolas do município de Jaboatão dos Guararapes	Adriano Luiz Rodrigues de Oliveira, Eleta de Carvalho Freire	2023

Fonte: Elaboração própria. Fonte de dados: Extraídos dos artigos selecionados.

Como podemos notar, os artigos são recentes e todos eles trazem dados que respondem sobre como estão as práticas pedagógicas dos professores após a implementação da Lei 11.645/2008. A seguir, apresentamos alguns quadros que destacam as principais práticas pedagógicas empregadas pelos educadores, conforme as pesquisas realizadas pelos autores mencionados anteriormente.

QUADRO 2 - PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DOS PROFESSORES DAS ESCOLAS DO RIO DE JANEIRO

Prática pedagógica	Descrição detalhada
Atividade Didática	Foi utilizado o filme “A Missão” como recurso didático para abordar a temática, porém, metade dos alunos demonstrou-se dispersa, o que dificultou uma contextualização ampla quanto ao que foi assistido. Ao contrário do episódio anterior, uma outra professora utilizou um slide para apresentar imagens contrastantes de um indígena pescando e outro no computador, com o título “Ser índio é”. Essa abordagem incentivou a participação dos alunos e promoveu a desmistificação de estereótipos.
Atividades interdisciplinares	A professora de história e a de geografia tinham planejado trabalhar a temática indígena de forma integrada. No entanto, devido a outras prioridades escolares e problemas de saúde, o plano não foi executado conforme previsto. Como resultado, apenas uma disciplina discutiu a temática, e em um único dia, que foi o dia 19 de abril.
Visitas a comunidades indígenas	Houve tanto visitas na comunidade indígena quanto na escola. Contudo, a falta de entendimento e preparação dos alunos quanto a esses povos gerou um momento desconfortável, pois os alunos manifestaram estereótipos que haviam aprendido ao longo dos anos.
Usos de livros didáticos e outros recursos	Os professores não utilizam os livros didáticos por considerarem-nos insuficientes e superficiais, preferindo assim os materiais pessoais e da internet.

Fonte: Elaboração própria. Fonte de dados: RUSSO E PALADINO, 2016, p. 903-905, 907-908.

Kelly Russo e Mariana Paladino conduziram esta pesquisa em quatro instituições de ensino: três da rede pública, sendo duas do 6º ao 9º ano e uma da educação infantil ao 5º ano, e outra da rede privada, que atende a educação infantil e o primeiro segmento do ensino fundamental.

QUADRO 3 - PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DOS PROFESSORES DAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU/PR

Prática pedagógica	Descrição detalhada
Atividade Didática	<p>Durante a discussão da temática, os professores demonstraram ter um conhecimento superficial sobre a cultura dos povos indígenas e admitiram não ter uma formação adequada para abordar essa temática de maneira aprofundada.</p> <p>Através da autora Simone Rejane, foi proposto o projeto “Alimentação Indígena” para que os docentes trabalhassem a temática indígena. Essa iniciativa foi o marco inicial para que os professores começassem a rever suas práticas pedagógicas.</p>
Atividades interdisciplinares	Não há
Visitas a comunidades indígenas	Os professores tiveram a oportunidade de visitar aldeias indígenas, mas relataram que essas experiências não contribuíram significativamente para a sua prática em sala de aula.
Usos de livros didáticos e outros recursos	Apesar de os professores considerarem seus conhecimentos insuficientes, todos disseram estudar, e alguns afirmaram que pesquisam informações sobre a temática em livros, artigos, blogs, revistas, entre outros.

Fonte: Elaboração própria. Fonte de dados: SANTOS e BRIGHENTI, 2019, p. 1-2, 15-17.

Para a realização desta pesquisa, Simone Rejane dos Santos e Clovis Antonio Brighenti entrevistaram sete professores do Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Celeste Sottomaio para investigar suas experiências quanto ao ensino da temática indígena. A autora Rejane, que na época fazia parte do quadro de funcionários da escola, propôs a inclusão da temática indígena no projeto “Alimentação Saudável”. Sua ideia era aproveitar o

projeto já existente no projeto político-pedagógico (PPP) para desenvolver uma abordagem centrada na temática indígena. Dessa forma, ela reutilizou o projeto, renomeando-o para “Alimentação Indígena”.

QUADRO 4 - PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DOS PROFESSORES DAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE ARACI- BA

Prática pedagógica	Descrição detalhada
Atividade Didática	Os professores apresentam em suas aulas uma abordagem pouco aprofundada sobre a temática. Inclusive, há um desconhecimento da Lei 11.645/2008 e uma compreensão limitada sobre ela.
Atividades interdisciplinares	Não há
Visitas a comunidades indígenas	Não há
Usos de livros didáticos e outros recursos	São utilizados livros didáticos e atividades impressas retiradas da internet.

Fonte: Elaboração própria. Fonte de dados: JESUS e LIMA, 2022, p.184.

Os autores, Carine Lima de Jesus e Luiz Alberto da Silva Lima, coletaram essas informações com três professoras que lecionam do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental.

QUADRO 5 - PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DOS PROFESSORES DAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPE

Prática pedagógica	Descrição detalhada
Atividade Didática	Foi identificado que quatro das professoras entrevistadas não utilizam informações atualizadas nas aulas, abordando os povos indígenas como se fossem figuras do passado.
Atividades interdisciplinares	Remetem apenas a atividades artísticas sem abordar a importância dos povos indígenas.
Visitas a comunidades indígenas	Não houve visitas às comunidades indígenas; porém, os professores convidaram representantes indígenas para o espaço escolar para discutir sobre suas lutas e reivindicações.
Usos de livros didáticos e outros recursos	Os professores apresentam um apego ao livro didático e pouca perspectiva crítica acerca dos conteúdos contidos neles.

Fonte: Elaboração própria. Fonte de dados: OLIVEIRA e FREIRE, 2023, p, 15-17.

Os dados apresentados são do estudo de Adriano Luiz Rodrigues de Oliveira e Eleta de Carvalho Freire. Eles coletaram informações com as professoras do 5º ano do Ensino Fundamental em Jaboatão dos Guararapes, situado na região de Recife.

DISCUSSÃO DOS DADOS APRESENTADOS

Conforme a análise realizada, é possível perceber que a maioria dos professores ainda possui um entendimento superficial quanto à temática indígena. Primeiramente, todos os quatro artigos mostraram que os professores não tiveram uma formação continuada ou adequada sobre a temática, inclusive, eles mesmos relataram aos pesquisadores ter dificuldade para aplicar o conteúdo nas aulas. A metodologia utilizada indica que grande parte deles não inclui a temática indígena da forma que a Lei 11.645/2008 exige. Além disso,

a falta de apoio das instituições educacionais e de políticas públicas vem dificultando e impedindo a implementação efetiva de práticas descolonizadoras.

Segundo as informações, foi identificado que os educadores recorrem frequentemente aos materiais pessoais e à internet para abordar a temática indígena, devido à insuficiência de conteúdos fornecidos nos materiais didáticos. Diante disso, fica evidente que os educadores não utilizam materiais adequados para trabalhar o conteúdo. Sabemos que há uma alta probabilidade de encontrar atividades e conteúdos estereotipados nos livros didáticos, mas essa probabilidade triplica quando buscamos na web. Isso ocorre devido à ausência de uma formação adequada, que impede os professores de realizar uma avaliação crítica dos recursos que estão utilizando. Como resultado, isso pode reforçar preconceitos, gerar dúvidas ou até mesmo resultar em nenhum aprendizado significativo para os alunos.

Em uma determinada escola, uma professora utilizou o filme “A Missão” como recurso didático para as crianças assistirem. No entanto, apesar da proposta parecer interessante e promissora, houve um problema, como mencionado no quadro, que foi a falta de atenção dos alunos e o curto tempo para a contextualização. Dessa forma, a prática não funcionou de maneira completa, pois faltou um debate amplo sobre o filme.

Por outro lado, a exibição de slides por outra professora, utilizando imagens de um indígena pescando e outro no computador com o título “Ser índio é”, incentivou significativamente a participação dos alunos na aula de forma ativa e reflexiva, como podemos observar no destaque abaixo:

(Aluno) – “Professora, é índio quem mora na floresta”; “quem pesca”; “quem se pinta” [...] (Professora) – [...] “Tudo bem, mas se pensamos no índio que mora na cidade, que usa computador, que faz uso da tecnologia, será que deixa de ser índio?” [...] “Hoje o índio mora na cidade, faz uso da tecnologia e tem se apropriado da nossa cultura; hoje eles sabem muito mais sobre nós, 'os brancos', do que nós sobre eles.” (Russo, Paladino, p.904, 2016)

Como podemos ver, essa outra proposta não apenas despertou interesse nos alunos, como também ajudou a desmistificar estereótipos que eles aprenderam no decorrer da vida. Essa atividade realizada pela professora revelou a imagem congelada que os alunos ainda possuíam sobre esses povos.

Em outra situação, houve a participação de representantes indígenas durante a semana do “Índio”, em que foi possível observar nos alunos o mesmo problema que foi citado acima, sobre a visão estereotipada desses povos.

Durante a apresentação, surgiram falas inadequadas dos alunos porque os indígenas se apresentaram de uma forma que eles não estavam acostumados. Por exemplo, o indígena Guarani Mbya foi ignorado por usar calça jeans, camisa e sapatos, enquanto o indígena Tabajara foi notado por estar caracterizado com o seu cocar de pena na cabeça e uma tanga de palha. Porém, logo em seguida ele foi surpreendido pelas crianças: “Você não é índio... índio não fala assim como a gente, tem que enrolar a língua para falar.” “Você é índio de mentira... você está fantasiado.” [...] “não é índio de verdade”, “é de mentira, não tem índio na cidade”. (Russo, Paladino, p.907, 2016).

Essa situação problemática nos mostra o quanto o ensino da temática indígena necessita ser melhorado. Primeiramente, essa visita não deveria ocorrer apenas na semana do Dia do “Índio”, mas sim ao longo de todo o ano letivo. Em segundo lugar, os alunos não tiveram uma preparação ou desconstrução adequada para esse momento. Em terceiro lugar, o que era para ser um momento de trocas de aprendizados acabou gerando algo bastante desconfortável para os convidados. A situação citada poderia até ter sido utilizada como uma oportunidade para a reflexão e a desconstrução desses estereótipos, porém as atitudes dos professores não se diferenciavam da postura dos alunos.

É alarmante que, mesmo após anos, a imagem que a população brasileira tem dos povos indígenas ainda seja fortemente influenciada pelos estereótipos descritos pelo autor José Ribamar Bessa Freire (2000) em seu artigo “Cinco Ideias Equivocadas sobre o Índio”.

O entendimento superficial que os educadores possuem tem prejudicado a implementação da Lei 11.645/2008 e dificultado uma mudança significativa nas percepções equivocadas dos alunos. Poucos sabem, mas a lei por si só não dará conta sozinha de visibilizar esses povos que foram marginalizados e ocultados da sociedade. O professor que não busca uma formação continuada ou a instituição que não investe nessa formação dificulta a execução de práticas pedagógicas críticas que vão além das narrativas eurocêntricas.

Através das informações contidas nos estudos analisados, foi possível perceber que as práticas pedagógicas dos professores não implementaram corretamente a abordagem intercultural, devido ao conhecimento limitado dos docentes sobre a temática.

“[...] A educação intercultural possibilita o intercâmbio de conhecimentos, sendo uma via de mão dupla com possibilidades de trocas, diálogos, igualdade de direitos, além de colaborar para a modificação de conceitos e imagens que serviram durante séculos para fomentar a ideia de que os indígenas pertencem a uma cultura inferior.” (OLIVEIRA e FREIRE,2023,p.12)

A utilização de uma prática intercultural é uma das propostas viáveis que visa promover um ensino de qualidade que valoriza as diferentes culturas. Em um estudo realizado por Maria do Socorro Sales, intitulado *“Ensino de História como Prática Intercultural - Possibilidade de Diálogo entre Escola Indígena e Não Indígena na Construção do Conhecimento Histórico”*, é mostrado o quanto essa prática é fundamental para a promoção de mudanças significativas nas práticas pedagógicas dos professores quanto ao ensino da temática indígena. Sendo uma pesquisa de mestrado profissional - Profhistória do programa de pós-graduação em Ensino de História, ela propôs uma intervenção através de um diálogo intercultural entre uma escola indígena e outra não indígena e gerou um material didático criativo e inovador nomeado como *“Propostas Pedagógicas para Inserção dos Estudos Sobre Povos Indígenas no Ensino de História na Bahia”*, que inclui 10 sequências didáticas com o intuito de auxiliar os professores a inserir a história desses povos no ensino de história.

Para uma análise detalhada dos resultados e do material didático criado, recomenda-se a leitura da dissertação desta autora, um material rico para os educadores e pesquisadores que buscam realmente melhorar sua prática de ensino quanto à temática indígena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este artigo, podemos concluir que, embora a Lei 11.645/2008 seja um marco importante para o reconhecimento e valorização dos povos indígenas, sua implementação ainda enfrenta grandes desafios. A falta de formação continuada dos professores e a escassez de materiais didáticos adequados têm contribuído para um currículo ineficaz, que não promove a inclusão dos povos indígenas de forma respeitosa.

Não é mais aceitável que os professores utilizem argumentos como não abordar o assunto porque não têm alunos indígenas na sala de aula ou trabalhar a temática indígena apenas na Semana do Dia do “Índio”, limitando a discussão exclusivamente para essa

ocasião, ou tratar os povos indígenas como figuras do passado. Ações como essas perpetuam a exclusão e a invisibilidade dos povos indígenas no ambiente escolar.

De acordo com os dados apresentados, faz-se necessária a implantação de uma educação verdadeiramente inclusiva e intercultural urgentemente. Entretanto, isso só será possível quando os currículos dos cursos de formação de professores passarem por mudanças, e as instituições de ensino e os órgãos responsáveis pelas escolas buscarem mudar essa realidade através de políticas públicas. Somente assim, poderemos garantir que as histórias e culturas dos povos indígenas sejam adequadamente apresentadas no espaço educacional, pois, até então, elas continuam sendo negligenciadas.

REFERÊNCIAS:

BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Edição: MEC/Unesco, Brasília, DF, nov. de 2006.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida, GOMES, Luana Barth. **A temática indígena na escola: Ensaio de educação intercultural**. Revista Currículo Sem Fronteiras, volume 12, número 1, páginas 53-69. Porto Alegre.2012

BRAGA, Adriana Nonato; FERREIRA, Amanda Thamara Da Silva. **Um novo prisma da historiografia: povos indígenas como sujeitos de sua própria história**. In: QUEIRÓS, César Augusto Bubolz; COSTA, Francisca Deusa Sena da; SILVA, Isabel Saraiva; SANTOS, Johmara Assis dos; AGUIAR, Leandro Coelho de (Orgs.). **Anais 2020: Encontro Estadual de História**. 1. ed. Manaus: ANPUH-AM, 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016.

CANCELA, Francisco Eduardo Torres. **Velhos e novos desafios da história indígena no Brasil. Os índios na história da Bahia**. Organizado por Fabricio Lyrio Santos. Cruz das Almas: UFRB; Belo Horizonte: Ed. Fino Traço, 2015.

FREIRE, J. R. Bessa. **Cinco ideias equivocadas sobre o índio**. In: **Revista do Centro de Estudos do Comportamento Humano (CENESCH)**, nº 01, setembro 2000, p. 17-33. Manaus, Amazonas.

JESUS, Carine Lima de; LIMA, Luiz Alberto da Silva. **As culturas dos povos originários na escola: Desafios para uma abordagem pedagógica intercultural no município de Araci-BA**. Araci-BA, 2022.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo, SP: Atlas, 2003.

MUNDURUKU, Daniel. **Três reflexões sobre os povos indígenas e a Lei 11.645/08**. Revista Eletrônica da Fundação Araporã. Araraquara, São Paulo, volume 1, n. 1, 2014.

NUNES, Luanne Passos; POSSATO, Beatris Cristina; SANTOS, Juliana Pereira dos. **Afinal, somos todos iguais? A invisibilidade da temática indígena no ambiente escolar**. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 171-187, jan./abr. 2022.

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de; FREIRE, Eleta Carvalho. **O ensino de culturas indígenas no 5º ano do ensino fundamental em escolas do município de Jaboatão dos Guararapes**. Recife, 2023.

PEREIRA, Renan Torres da Silva; MESSEDER, Marcos Luciano Lopes. **Escola, civilização e povos indígenas: Reflexões a partir da análise de um livro didático de história para o ensino médio**. Salvador, 2023.

RUSSO, Kelly; PALADINO, Mariana. **A lei n. 11.645/2008 e a visão dos professores do Rio de Janeiro sobre a temática indígena na escola.** Rio de Janeiro, 2016.

SALES, Maria do Socorro. **Ensino de história como prática intercultural – possibilidade de diálogo entre escola indígena e não indígena na construção do conhecimento histórico.** Salvador, 2024.

SANTOS, Simone Rejane dos; BRIGHENTI, Clovis Antonio. **Ensaio crítico sobre o ensino de histórias e culturas dos povos indígenas em centro municipal de educação infantil, do município de Foz do Iguaçu/PR.** Foz do Iguaçu, 2019.

SOUSA, Angélica Silva de; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; ALVES, Laís Hilário. **A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos.** Cadernos da Fucamp, v. 20, n. 43, Minas Gerais, 2021.